

# A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo

Juliano Del Gobo  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Juliano Del Gobo**  
(Organizador)

# **A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P974 A psicologia frente ao contexto contemporâneo [recurso eletrônico] /  
Organizador Juliano Del Gobo. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2018. – (A Psicologia Frente ao Contexto  
Contemporâneo; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-016-2

DOI 10.22533/at.ed.162181912

1. Psicologia. 2. Psicologia e sociedade. 3. Pessoas – Aspectos  
sociais. I. Gobo, Juliano Del. II. Série.

CDD 150

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O termo psicologia deriva da união das palavras gregas “psiché” e “logos”, traduzidas como o estudo da alma, mas apesar de suas origens terem raízes tão antigas como as primeiras hipóteses e teorias sobre o funcionamento psicológico. Ao longo de sua história, a psicologia esteve situada no campo da metafísica, em torno de interesses relacionados à essência do ser humano, a partir de questões como O que é a alma e onde ela está? O que possuímos ao nascer? Como conhecemos? Qual é a natureza humana?

Sua identidade atual é muito mais recente e nasceu em meio a ebulição científica na Europa do século XIX, tendo sido preciso se reinventar para atender aos critérios de cientificidade daquele tempo histórico e se constituir como ciência independente. A ciência nascida na Europa do século XIX ao desembarcar nos EUA do século XX foi demandada a torna-se um campo aplicado, onde passa a assumir um lugar social a partir de práticas psicológicas.

A partir do momento em que um conjunto de teorias e práticas vão sendo reconhecidas pelo corpo ampliado dos sujeitos que convivem em determinado tempo e cultivam de mesmos costumes, elas passam a influenciar as formas de reprodução da vida, pois tornam-se parte da cultura. Discutir a Psicologia como produto e matéria-prima da Cultura humana é reconhecê-la a partir de duas importantes características: a diversidade de suas produções e sua origem e continuidade histórica, refletindo a relação dialética entre as demandas e necessidades do conjunto ampliado da sociedade em dado tempo histórico.

Nesta obra, a consciência histórica da Psicologia é cobrada na qualidade ou condição de ser contemporânea, isto é no desafio de se reconhecer como parte da construção de seu próprio tempo histórico, a partir de reflexões e produções teóricas e práticas que abordam questões históricas, mas que se tornam emergentes na medida que nosso tempo histórico ousa enfrentá-las. Uma obra como essa é sempre muito importante porque traz ao centro do debate sobre a vida coletiva em sociedade e a concretude das condições de vida dos sujeitos, as quais são objeto de abordagem e análise. Em resumo, trata-se de introduzir uma discussão histórica, sociológica e filosófica a respeito do mundo que vivemos, das formas dominantes de existir no mundo e de como as PsicoLOGIAS contemporâneas são modos de tomar partido em relação às situações da vida cotidiana (FIGUEIREDO, 2015, p.30).

Dentro deste livro, estão contidas produções necessárias ao contexto contemporâneo, produções com posicionamento ético e também político diante de uma grande diversidade de temas e abordagens realizadas pelos autores. Assim, a diversidade de temas que o leitor encontrará nessa obra se une na medida que os debates estão sempre permeados pela posição ética e pela consciência de que a Psicologia tem responsabilidade com seu tempo histórico e com a vida coletiva.

Como a história segue seu próprio curso e qualquer tentativa de controle e previsão

sobre ela se mostram limitados, é necessário antes de tudo assimilar a contribuição importante do campo teórico e político da psicologia social, a qual revela que não há neutralidade na ciência e na prática da psicologia, uma vez que ela ou fornece elementos para a manutenção da estrutura social vigente ou para a transformação no modo de vida e da maneira de conceber os diferentes sujeitos na sociedade.

Desejemos aos leitores que desfrutem dessa obra e se deixem inundar com a profundidade dos artigos que seguem.

Juliano Del Gobo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MULHER E TRABALHO: UM ESTUDO PRELIMINAR DO JÁ-DITO ESTEREOTIPADO	
<i>Rosângela Rocio Jarros Rodrigues</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1621819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
PSICOLOGIA, PODER E SEXUALIDADE: A FIGURA CONTEMPORÂNEA DO INTERSEX E AS NOVAS PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO	
<i>Jônatas Mota Leitão</i>	
<i>Luiza Maria Silva de Freitas</i>	
<i>Paulo Germano Barrozo de Albuquerque</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1621819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
POVOS ORIGINÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A QUESTÃO DA TERRA	
<i>André Valécio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1621819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
IDENTIDADE MASCULINA NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS SÍNTESES DIALÉTICAS	
<i>João Pedro Vilar Nowak de Lima</i>	
<i>Jeferson Renato Montreozol</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1621819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
O SABER PSICOLÓGICO E A ADOLESCÊNCIA: A NECESSIDADE EM CONSIDERAR INTERSECCIONALIDADES	
<i>Isadora Oliveira Rocha</i>	
<i>Gláucia Ribeiro Starling Diniz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1621819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>68</b>
DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO À INSPIRAÇÃO DE UMA PRÁTICA GRUPAL: CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN	
<i>Barbara Maria Turci</i>	
<i>Eliane Regina Pereira</i>	
<i>Emerson Fernando Rasera</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1621819126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
ENTRE TELAS E CENAS DA RUA: A MEDIAÇÃO AUDIOVISUAL NO ENCONTRO COM VIDAS OUTRAS NAS CIDADES	
<i>Allan Henrique Gomes</i>	
<i>Orlando Afonso Camutue Gunlanda</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1621819127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
O QUE PODE O CORPO EM CENA NA CIDADE?	
<i>Antônio Vladimir Félix-Silva</i>	
<i>Cássio Marques Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1621819128</b>	

**CAPÍTULO 9 ..... 109**

ENTRE O PROTAGONISMO JUVENIL E A TUTELA DA JUVENTUDE: POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO E  
SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

*Lara Brum de Calais*

*Juliana Perucchi*

**DOI 10.22533/at.ed.1621819129**

**CAPÍTULO 10 ..... 125**

MEMÓRIA E MILITÂNCIA FEMINISTA NO ENFRENTAMENTO DA HUMILHAÇÃO SOCIAL

*Mariana Luciano Afonso*

**DOI 10.22533/at.ed.16218191210**

**CAPÍTULO 11 ..... 130**

ENFRENTAMENTOS, RESISTÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIAS NOS RAPS DO GRUPO REALIDADE NEGRA DO  
QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

*Renata Câmara Spinelli*

**DOI 10.22533/at.ed.16218191211**

**CAPÍTULO 12 ..... 147**

RODAS DE CONVERSA DIALÓGICAS: O ESPAÇO DA LIBERDADE PARA DIZER A PALAVRA

*Erlândia Silva Pereira*

*Maristela de Souza Pereira*

*Rogério de Melo Costa Pinto*

*Helena Borges Martins da Silva Paro*

**DOI 10.22533/at.ed.16218191212**

**CAPÍTULO 13 ..... 162**

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E ESTEREÓTIPOS NA CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO DE CRIANÇAS

*Erik Cunha de Oliveira*

*Saulo Santos Menezes de Almeida*

*Juliana Souza Vaz Ribeiro*

*Alexsandro de São Pedro Santiago*

**DOI 10.22533/at.ed.16218191213**

**CAPÍTULO 14 ..... 171**

DA PATOLOGIZAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM DOCUMENTOS NACIONAIS E  
INTERNACIONAIS

*Roberta Cristina Gobbi Baccarim*

*Grazielle Tagliamento*

**DOI 10.22533/at.ed.16218191214**

**CAPÍTULO 15 ..... 186**

CAPTURA E REGULAÇÃO: INVESTIMENTOS BIOPOLÍTICOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS

*Júlia Arruda da Fonseca Palmiere*

*Anita Guazzelli Bernardes*

**DOI 10.22533/at.ed.16218191215**

**CAPÍTULO 16 ..... 196**

A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL E A SUA PRESENÇA NA LITERATURA INFANTIL

*Hudson Henrique de Oliveira Masferrer*

*Emerson Fernando Rasera*

**DOI 10.22533/at.ed.16218191216**

**SOBRE O ORGANIZADOR ..... 210**



## ENTRE O PROTAGONISMO JUVENIL E A TUTELA DA JUVENTUDE: POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

### Lara Brum de Calais

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Juiz de Fora, MG

### Juliana Perucchi

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Juiz de Fora, MG

**RESUMO:** O texto a seguir tem como objetivo problematizar as possíveis formas de participação política de jovens, em meio às convocatórias para o protagonismo juvenil e os consequentes processos de tutela que podem ser operados nesta relação. Nas últimas décadas os jovens estiveram no rol das populações que são alvo de intervenções públicas e privadas. Há, portanto, lógicas que ora colocam os jovens em uma posição de foco de atenção – com atributos positivos de mudança social – ora em uma posição de “problema social”, com atributos de desvio e marginalidade. Assim, as argumentações deste capítulo intentam trazer reflexões acerca da participação social como possibilidade de subjetivação política, mais especificamente com relação a jovens organizados em rede. Como recorte, apresentaremos a experiência de jovens que vivem com HIV/Aids e organizam seu movimento no cenário político

de enfrentamento à epidemia. As redes de articulação de ações coletivas tem relevante potencial no sentido de fomentar a participação política, pois em meio às diferentes vivências e práticas das juventudes, a identidade do grupo enquanto rede, impulsiona movimentos de atuação no âmbito político. Desta forma, torna-se possível problematizar, em que medida a participação dos jovens no cenário político é convocada, assumida ou tutelada. Assim, espera-se romper com a reprodução de modelos pautados na lógica adultocêntrica, com a ideia de um ativismo aprendido e um “tutelamento autorizado”, fortalecendo as bases da ação política que se produz no cotidiano e que pode reinventar a política.

**PALAVRAS-CHAVE:** juventude; participação; protagonismo; subjetivação.

**ABSTRACT:** The following text has as objective to problematize the possible forms of political participation of young people, in the middle of the calls for the youth protagonism and the consequent processes of guardianship that can be operated in this relation. In the last decades the young people have been on the list of the populations that are target of public and private interventions. There are, therefore, logics that sometimes put young people in a position of focus of attention - with positive attributes of social change - sometimes in a position of

“social problem”, with attributes of deviation and marginality. Thus, the arguments of this chapter try to bring reflections about social participation as possibility of political subjectivation, more specifically with regard to young people organized in a network. As a clipping, we will present the experience of young people living with HIV / AIDS and organize their movement in the political scenario of coping with the epidemic. The networks of articulation of collective actions have relevant potential in the sense of fostering political participation, because in the midst of the different experiences and practices of youth, the identity of the group as a network, impels movements of action in the political sphere. In this way, it becomes possible to question, to what extent the participation of young people in the political scenario is summoned, assumed or supervised. Thus, it is hoped to break with the reproduction of models based on adult-centric logic, with the idea of a learned activism and an “authorized tutelage”, strengthening the bases of the political action that takes place in the daily life and that can reinvent politics.

**KEYWORDS:** youth; participation; protagonism; subjectivation.

## 1 | INTRODUÇÃO

O capítulo que se apresenta a seguir foi produzido como recorte de uma pesquisa de doutoramento, que teve como objetivo investigar as possibilidades de subjetivação política das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids no Brasil e sua (possível) constituição enquanto sujeito político. No entanto, para aprofundamento e problematização de algumas das questões levantadas pelo estudo, será apresentado no decorrer deste texto, um recorte que coloca sob análise as construções acerca da participação política de jovens, em meio às contradições sustentadas pela ideia de protagonismo juvenil que, muitas vezes, opera processos de tutela.

Neste intuito, serão realizados alguns apontamentos relacionados à dinâmica das políticas públicas no Brasil, especialmente as voltadas para o público jovem e os caminhos que as colocam ora com contornos participativos e democráticos, ora de tutela e controle da juventude. Em um panorama geral, os indicadores produzidos atualmente apontam a população jovem como um bônus demográfico, como sugerem os dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2014), mas também a destacam como a parcela da população mais atingida pela violência (WASELFISZ, 2016). Como lentes importantes para a leitura da condição de vida da população, os indicadores estatísticos corroboram esta demanda, apontando a faixa entre 15 a 24 anos como a mais “problemática” no/para o contexto social (TOMMASI, 2014).

Neste sentido, as argumentações deste capítulo se direcionam para o caminho que coloca a juventude como objeto das políticas, pois este revela os modos de compreender a juventude, assim como a possibilidade de “modulação” da mesma a partir dos programas públicos. Aqui, inserimos a crítica de que, muitas vezes, o que se produz, são formas de controle e tutelamento da participação juvenil, onde o que

pode ganhar roupagens de protagonismo, faz funcionar uma estratégia de regulação da participação que pode se modificar de acordo com os interesses governamentais.

Assim, considerando a possibilidade de se discutir novos modos de resistência através da participação da juventude, no tópico final do texto são apresentadas discussões acerca da participação coletiva de jovens no cenário político de enfrentamento à epidemia do HIV/Aids, tendo a participação social como possibilidade de subjetivação política. Desta forma, buscamos sustentar a argumentação de que as formações coletivas podem operar mudanças nas conjunturas sociais, principalmente mediante o reconhecimento do potencial político das mesmas.

## **2 | JUVENTUDE(S) E ATRAVESSAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS**

Para sustentar as discussões acerca da participação social da juventude como forma de subjetivação política, uma breve argumentação acerca dos atravessamentos históricos e políticos que constituem essa posição como categoria e campo de intervenção, faz-se relevante. Em uma perspectiva que coaduna com as concepções deste estudo, Tommasi (2012, p. 101) aborda a juventude não como uma “categoria analítica, um sujeito ou ator social, mas como um campo de intervenção que tem despertado interesse e recebido investimentos públicos e privados”. Neste sentido, a juventude torna-se também foco de trabalho da ciência e de suas áreas de saber, em meio a visões biológicas, pedagógicas, psicológicas, entre outras.

Assim, no reconhecimento da pluralidade de modos da juventude, uma compreensão histórica permeada por condições culturais dá sustentação para as discussões, lembrando que as juventudes são atravessadas por uma heterogeneidade de marcadores sociais, que pluralizam as vivências e produzem subjetividades (MATTOS; CASTRO, 2009; SPOSITO; CARRANO, 2003). Ou seja, marcadores de raça/etnia, classe, geração, gênero, orientação sexual, território, escolaridade, entre outros, vão compor uma complexa teia de relações que precisa ser considerada quando se pretende lançar análises sobre as juventudes.

Faz-se preciso considerar que múltiplas contingências constituem diferentes possibilidades de acesso e existência das juventudes, principalmente na realidade concernente ao Brasil, que tem expressões históricas de desigualdade nas raízes de sua composição. Por isso, como lembra Tommasi (2014) devemos estar atentos/as aos mecanismos de construção dos discursos que operam concepções e agenciamentos sobre a juventude, pois deve-se caminhar no sentido de superar, ou escapar de uma visão que sirva a inventariar diversidades e produzir uma aproximação que cumpre critérios de entendimento da juventude, mas não necessariamente reconhece como legítimas as múltiplas formas de ser jovem. Para Tommasi (2014), essa aproximação pautada em critérios de atenção se desdobra em mecanismos, muitas vezes, tomados pelo governo como forma de responder à demanda da diversidade.

Assim, assumir a posição de pluralidade da juventude precisa estar relacionado ao entendimento dos processos de subjetivação frente às condições de existência, procurando afastar uma lógica de aproximação da diversidade como retórica, ou seja, escapar das apropriações que forjam uma atenção às demandas e alimentam um certo diferencialismo entre segmentos populacionais. A partir destas considerações, serão abordados alguns elementos relevantes para o entendimento das visões históricas que produzem as concepções das juventudes e seus efeitos no contexto contemporâneo.

Como já fora destacado, a juventude, como campo de intervenção de áreas de saber e fazer, ganha certo destaque no cenário das políticas públicas ao longo dos anos, sempre relacionada ao cenário político e econômico e aos processos de gestão da sociedade. Tal destaque para esta categoria também vem como produto de um importante movimento social, a partir da década de 90, em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que ganhou fôlego na sociedade brasileira e fez emergir uma identidade centrada na ideia da adolescência como fase especial do desenvolvimento humano, que exigiria cuidados e proteção específicos. As lutas por direitos apoiadas pela mobilização social ganham expressão, culminando em documentos normativos de relevância para a proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens, materializando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (MATTOS; CASTRO, 2009).

A ideia de proteção integral às crianças e adolescentes, mesmo que ainda no nível ideal, abre uma nova perspectiva de direitos que rompe com a lógica da “situação irregular” e controle repressivo desta população que foi perpetrada ao longo da história. Instituições e programas passam a ser estrategicamente pensados e organizados a fim de responder a política de direitos da infância e da adolescência, o que constrói um momento relevante, mas que, nem por isso, garante a efetividade das ações (TOMMASI, 2014). Sobre tais ações, Cassab (2007) ressalta que estas são guiadas e formuladas segundo um universo de imagens que produzem e são produzidas no/pelo contexto social e, por isso, são atravessadas por dimensões econômicas, políticas, culturais e pela relação com o Estado.

No entanto, as discussões e as consequentes estratégias no sentido de atenção e cuidado, centralizaram-se na infância e na adolescência, caracterizadas por uma marcação etária que colocava à margem das ações os/as jovens que, ao atingirem 18 anos de idade, deixavam de ser alvo dos programas e projetos que foram elaborados com o objetivo de proteção. Surge, portanto, uma lacuna de atenção voltada para a juventude, que posteriormente transforma-se em demanda por políticas públicas específicas para esta população.

Como lentes importantes para a leitura da condição de vida da população, os indicadores estatísticos corroboram esta demanda, apontando a faixa entre 15 a 24 anos como a mais “problemática” no/para o contexto social (TOMMASI, 2014). Neste sentido, na segunda metade dos anos 90, a juventude é incorporada ao rol das “questões sociais” que merecem atenção no Brasil, já bastante vinculada a uma

ideia de problema a ser resolvido que – conforme ressaltado anteriormente – tem significativas diferenças quando compreendidas a partir de marcadores de raça e classe, por exemplo.

Porém, diferentes concepções sobre os sujeitos jovens passam a fazer parte da cena, ainda sendo frequentemente reproduzida uma noção pautada em referenciais etários e delimitadas por categorias universalizantes que homogenizam as experiências. A imagem do “adolescente” com uma identidade comum, inerente à determinada fase do desenvolvimento é perpetrada desconsiderando, de certa forma, o caráter polissêmico do termo e a pluralidade de experiências possíveis de serem significadas nesse universo (OZELLA, 2002).

Diferentes concepções são então constituídas no sentido de apreensão tanto da adolescência (significativamente marcada pelos saberes pedagógicos e psicológicos), quanto das juventudes (compreendida em sua dimensão histórico-social). Diante da complexidade e amplitude da temática, torna-se necessário criar linhas de delimitação para as compreensões aqui abordadas, tendo em vista que não há pretensão de abarcar a totalidade das discussões produzidas. Sendo assim, serão concentradas interpretações e análises sobre a juventude como categoria, mas principalmente como arena de intervenções e problematizações de referencial político.

Castro e Aquino (2008) apontam que a juventude enquanto objeto das políticas públicas tradicionalmente foi vista a partir de duas óticas. A primeira seria a ótica do “problema”, tomada como uma parcela da população que demanda medidas de enfrentamento e ações de controle e repressão por remeter à desordem social. Já a segunda ótica estaria vinculada à ideia de “fase de transição” do ser jovem para o ser adulto, com uma concepção de que este precisaria ser preparado para a vida em sociedade.

Há, portanto, lógicas que ora colocam os jovens em uma posição de foco de atenção, com atributos positivos de mudança social – especialmente levantados pelos movimentos de luta pelos direitos da infância e da juventude – ora em uma posição de “problema social”, com atributos de desvio e marginalidade. Nesta onda, as políticas públicas também assumem contornos ora participativos e democráticos, ora de tutela e controle da juventude (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Na história, o lugar de problema social, muito vinculado à perspectiva de delinquência e de desvio da norma, atravessados por condições de classe, raça, gênero, território (entre outros), conduzia a imagens sobre a juventude que justificavam ações de controle e vigilância. Mesmo quando ainda não era compreendida enquanto categoria social de estudo e de políticas públicas, a juventude já estava inserida na lógica normativa de governo das cidades através da imagem problemática e desviante, sendo tal ótica enfatizada em uma juventude marcada pela pobreza e pela complexidade das questões de desigualdade de classe em nosso país (TOMMASI, 2014).

Toda essa configuração se reflete no cenário das políticas que se destinam à

juventude, principalmente a partir da década de 90, com a emergência do discurso de um Estado que posiciona estrategicamente o jovem como ator social importante para a governabilidade e garantia de direitos (CASTRO; AQUINO, 2008; MATTOS; CASTRO, 2009). A juventude desponta, portanto, como um grupo social potencial para a revitalização da participação, em um momento no qual a sociedade civil é convocada para um resgate e (re)construção de uma cidadania participativa.

## 2.1 O campo das políticas públicas para a juventude

Nas últimas décadas, a população jovem entrou para o rol das populações com intervenções públicas e privadas específicas, incluindo ações do governo federal e programas que tem como produção políticas públicas voltadas para esta parcela da população. Também em estudos acadêmicos, a juventude ganhou espaço nos últimos 20 anos, caracterizando uma área que recebe investimentos técnico-científicos (TOMMASI, 2014).

No plano dos indicadores que conduzem as ações em políticas públicas e desenham uma parte do cenário que se relaciona à juventude contemporânea, o Fundo de População das Nações Unidas (2014) aponta que a geração atual está próxima da marca de 1,8 bilhão de jovens, em uma população mundial de 7,3 bilhões de pessoas. Tal configuração traz particularidades e desafios para as ações que, de alguma maneira, destinam-se a esta parcela da população.

Segundo Sposito e Carrano (2003) e Cassab (2007), no rol das ações que começam a se dedicar à temática da juventude, as primeiras especificamente destinadas à população jovem (anteriormente os jovens eram alcançados – ou não – pelas políticas para a população geral) vieram da área da saúde, principalmente pelo foco na prevenção das DST/HIV/Aids, uso de álcool e outras drogas e gravidez precoce. Já a partir da década de 90, a temática da criminalidade chega até a agenda das políticas públicas relacionadas à juventude, dado o crescimento do número de mortes de jovens, ou por eles protagonizadas.

Portanto, da sistematização destas preocupações que já vinham ocupando a cena das estratégias pensadas para a população jovem, surgem os programas governamentais que se dedicam à temática da juventude e que reconhecem os/as jovens, principalmente a partir da década de 90, como atores sociais relevantes para a transformação e construção de uma cidadania participativa. Como produções deste momento advêm o Plano Nacional de Juventude, de 2004; a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005. Tais resultados surgem a partir da reflexão sobre a relação entre indivíduo e sociedade e, mais especificamente, sobre a necessária abordagem das temáticas relacionadas a este campo (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012; TOMMASI, 2012).

Uma nova conjuntura se apresenta, portanto, instaurando o campo denominado como políticas públicas de juventude que, de acordo com a Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], incorporam um conjunto de estratégias com um recorte geracional que colocam os jovens como sujeitos de direitos e como alvo de atenção e atuação. Tais ações têm como prerrogativa inicial articular propostas voltadas especificamente para o público jovem; possibilitar a participação na formulação de políticas; e ter impacto na condição de vida destes/as (CASTRO; AQUINO, 2008).

Neste sentido, a juventude ora tomada como desviante, adquire contornos de revitalização social, ou seja, o/a jovem passa a ser visto como possível solução, por conta de seu potencial criador e renovador, assumindo lugar relevante como possibilidade de transformação e desenvolvimento social (TOMMASI, 2014). No entanto, esta noção que inscreve a juventude em um nível positivo e revitalizador está, muitas vezes, condicionada a uma parcela elitizada, ou encontra limitações quando se depara com as complexidades impostas pela situação de pobreza, construindo a ideia de que existiria uma juventude capaz de contribuir para o desenvolvimento social e outra tomada como alvo de controle e cerceamento, por ocupar uma posição marginalizada.

Contudo, Kerbauy (2005) chama a atenção para o fato de a elaboração de ações e estratégias voltadas para demandas do público jovem não estabelecer relação direta com a criação de políticas públicas, tendo em vista que inicialmente se configura mais como um “conjunto de programas geralmente desconexos, focalizando grupos de jovens que compartilham determinada condição, tratados quase sempre de forma estereotipada” (p. 193). Além disso, vale lembrar novamente o alerta feito por Tommasi (2014), sobre a possível apropriação da diversidade da juventude mais como aproximação enquanto modos de governo, do que propriamente como reconhecimento das múltiplas experiências.

Assim, as práticas de setorização das políticas de juventude, muitas vezes, estão mais a serviço de criar políticas de governo, do que efetivamente políticas públicas. Ou seja, destinam-se a funções “reparatórias e compensatórias” (KERBAUY, 2005, p.194) que podem operar lógicas utilitaristas sobre a condição juvenil. Neste sentido, por mais que os avanços na organização de um campo de políticas públicas com temáticas específicas concernentes à população jovem brasileira sejam significativos, ainda há uma fragilidade na institucionalização dessas políticas, principalmente no que concerne à participação ativa dos jovens e das jovens na construção das mesmas.

Além da dimensão de participação da juventude – que será discutida no próximo tópico deste capítulo – é preciso compreender que há uma diversidade de perspectivas e orientações no campo das políticas de juventude, que está também sujeita às lógicas de financiamento e prioridades em meio às políticas para outros segmentos populacionais.

Toda essa conformação transforma a maneira com que as políticas públicas passam a se apropriar da juventude, instaurando um olhar mais expressivo sobre a categoria. Contudo, torna-se relevante refletir sobre as posições construídas nesta

arena de relações, tendo em vista que a possibilidade de participação pode operar tanto no sentido de alterar o cenário posto, quanto de manter e legitimar hierarquias.

### **3 | ENTRE SER PROTAGONISTA E OS PROCESSOS DE TUTELA: JUVENTUDES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

O contexto abordado até o momento possibilita o reconhecimento de demandas específicas que, de certa forma, rompem com a noção de incompletude ou de desvio social atrelada à juventude, mas também revelam certa apropriação estratégica deste público. Para além dos programas governamentais, as políticas sobre a juventude também são constituídas por meio da participação política, mas vale lembrar que a reflexão sobre a dimensão do que seria efetivamente participar e quais as condições de realização desta participação, também deve ser incluída no bojo das discussões.

O funcionamento das lógicas que sustentam as dinâmicas de participação e os efeitos destas na construção de posicionamentos para a política, muitas vezes, podem operar mecanismos de (in)visibilidade para o discurso da experiência juvenil (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012). A este fato, parte das vezes, é atribuída causalidade que busca nas questões individuais, em uma visão naturalizante sobre o desenvolvimento dos/as jovens, ou em uma existência a-política em sociedade, as justificativas para a continuidade dos silenciamentos sobre a juventude.

Neste sentido, autores e autoras abordam este nó entre as concepções construídas sobre a juventude e as (im)possibilidades de participação política desta. Tais argumentações levantam a necessidade de encontrar e/ou fomentar caminhos de participação que questionem o lugar de “efemeridade” e inconsequência da juventude, possibilitando irromper uma real condição política de jovens neste cenário. Mayorga, Castro e Prado (2012) questionam a apropriação das temáticas de juventude e política, no nível da experiência e da participação, vistas a partir de um único sentido. A complexidade e dinâmica da vida política, dos processos democráticos e de seus sentidos, não deveriam permitir que as concepções da participação fossem engessadas em esquemas que, ora abordam a juventude como esperança e renovação, ora a incutem o peso da decepção pela apatia frente à política.

Assim, torna-se necessário fazer o exercício de escapar das justificativas que centralizam-se na ausência de participação política, a fim de questionarmos as formas possíveis de atuação em um sistema com tensões constantes entre o reconhecimento dos dissensos na arena política e a manutenção de um regime consensual que neutraliza os conflitos. Neste exercício reflexivo, entende-se que a ideia de protagonismo da juventude entra em cena como elemento de destaque.

A posição de protagonista, que usualmente é entendida como personagem principal ao redor do qual os acontecimentos e tramas se desenvolvem, aqui será entendida também como concepção que forja a participação política a partir de uma



dimensão de incentivo e incremento governamental, no domínio das políticas públicas. Portanto, cabe problematizar os meios pelos quais o protagonismo passou a ser compreendido mais como elemento técnico que pode operacionalizar mecanismos de gestão, do que como a concepção original de uma posição de destaque no cenário político.

De acordo com Carrano (2012, p.88), a expressão protagonismo juvenil “durante toda a última década assumiu um caráter mobilizador e operacional orientando a elaboração de documentos e a narrativa de técnicos de instituições governamentais e da sociedade civil orientadas para o trabalho com jovens”. Neste sentido, Tommasi (2014) ressalta que a noção de protagonismo traz, em geral, um foco voltado para a promoção de capacidades, construindo o que pode ser visto como uma “boa cidadania” (p. 297), onde compromisso e solidariedade são considerados pilares.

No contexto contemporâneo, a dimensão de protagonismo e, mais especificamente o que diz respeito ao protagonismo juvenil, encontra-se atravessada por uma ideia pedagogizante sobre os sujeitos conduzindo, muitas vezes, a práticas esvaziadas de conteúdo político e que localizam a juventude como pseudo protagonista (CARRANO, 2012). Esta condição também acontece como reflexo da organização política do Brasil que, apesar de ter em seus princípios a participação e controle social como bases para a sua gestão, tem significativas fragilidades na condução e efetivação deste direito (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

Assim, há a produção do que Mayorga e Nascimento (2009) chamam de “retórica da participação”. Ou seja, cria-se uma situação na qual, muitas vezes, o chamado para a participação política, ao invés de atuar no sentido de garantir o direito e a cidadania, assumindo sua forma crítica, se encontra “camuflado” por uma sedução ou mesmo manipulação por conta da obrigação legal para execução da política pública. Nestes casos, algumas vezes o que está em jogo são interesses institucionais ou lógicas de conformação que engendram silenciamentos, fazendo funcionar uma estratégia de regulação da participação que pode se modificar de acordo com os interesses governamentais (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

Em se tratando da participação da juventude no processo político, alguns fatores atuam como agravantes. As noções de protagonismo juvenil e de risco social, são frequentes nos documentos governamentais e não governamentais de programas destinados a este segmento populacional. No entanto, conforme destacam Sposito e Carrano (2003, p.31), é preciso considerar que “essas ideias foram marcadas mais por apelo social do que conceitos ancorados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude”, ou seja, tais enunciações sobre a juventude acabaram se tornando modos de simplificação de realidades complexas, ou mesmo funcionando como mecanismos de tradução da realidade juvenil para acesso a financiamentos de projetos. A utilização desta noção pode parecer auto-explicativa e produzir um pseudo aprofundamento na discussão, até o momento em que nos colocamos a refletir sobre o compromisso de seu significado (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Sob tais construções, situam-se justificativas que legitimam processos de gestão sobre a juventude. Concepções que compreendem o crescimento populacional da juventude, visto como um “bônus demográfico”, por exemplo, contribuem para que haja uma mudança estratégica na visão sobre a população jovem, passando de um aspecto negativo e como alvo de controle, para uma dimensão que destaca o potencial para a transformação da realidade social.

De acordo com a UNFPA (2014), para que se efetivem as características da juventude como potencial, é preciso que os governos assumam a criação de um ambiente político positivo, elaborando e implementando políticas que promovam a participação juvenil nas decisões pessoais e políticas, pois aí estaria a “diferença entre uma tendência demográfica que puxa as economias para baixo e uma que as faz deslanchar – através do bônus demográfico” (UNFPA, 2014, p. 14). Essa mudança estratégica na visão sobre a juventude desencadeia, como consequência, algumas atribuições políticas como a necessidade de investimento em educação; a delimitação geracional nas políticas públicas; e o incentivo a participação desses jovens na esfera política, alimentando a noção de protagonismo juvenil (CASTRO; AQUINO, 2008).

Percebe-se, portanto, que a capacidade de agência do Estado sobre a atuação da juventude começa a despontar como potencial para a gestão de uma população economicamente ativa – e interessante para o governo – cujas práticas de participação política que possam emergir, devem ser objeto de governamento. Nesse sentido, a inquietação vista como própria da juventude pode ser tomada como positiva, quando bem gerida e conduzida por representações, governamentais ou não, que assumem a voz sobre esta parcela da população.

Porém, as contingências e transformações sociais vêm denunciando as limitações destes modos de perceber a juventude. Tommasi (2014) propõe uma reflexão crítica sobre a necessidade de entender o protagonismo forjado pelas agências que se dedicam à questão juvenil, onde os jovens passam a ser parte da solução, mas como aliados do Estado. Nesta direção, Mayorga, Castro e Prado (2012) ponderam:

Aqui, as lógicas institucionais impelem suas dinâmicas participativas a partir de capacidades específicas para a política, exigindo praticamente um processo de iniciação, o qual deslegitima a experiência juvenil como discurso válido, exigindo níveis de capacitação e tutoria que regulam as formas participativas de tal forma que indicam, na maioria das experiências, que a fala da juventude não pode ser validada a não ser como uma moratória. Caberia ao jovem, nesse contexto, portanto, o lugar exclusivo do aprendiz? (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012, p. 264).

Reproduz-se, portanto, uma participação que é incentivada, desde que ajustada por modos já hierarquizados. Assim, autoriza-se uma dimensão de tutela sobre a juventude que encontra terreno fértil na concepção de protagonismo, que legitima lógicas de pedagogia sobre condutas e incidem práticas de aprendizado para a atuação pública.

Contrariando ações que apostam em uma pedagogização de condutas e formas

de controle e regulação da participação juvenil, emergem posicionamentos que questionam a normatização consensual e oportunizam processos de subjetivação que tem, justamente na possibilidade de ação política, seu potencial de reconfiguração sensível. Neste sentido, esta subjetivação está relacionada às possibilidades de participação na arena sócio-política (MATTOS; CASTRO, 2009).

#### **4 | AS FORMAÇÕES COLETIVAS COMO POTENCIAL DE SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA**

Através do caminho argumentativo traçado, é possível apontar que a participação no âmbito das políticas públicas, ao mesmo tempo em que convoca para a atuação e possibilita vislumbrar uma posição de protagonista, também engendra mecanismos que, de certa forma, submetem os processos participativos às formas de gestão do Estado.

Neste sentido e, visando discutir brevemente tal inferência a partir de um recorte da realidade, serão relacionados neste tópico, alguns pontos de uma pesquisa realizada a partir da metodologia etnográfica, nos anos de 2014 a 2017, junto a jovens que vivem com HIV/Aids no Brasil e que se organizam no formato de redes, com objetivo de participação política e acolhimento de outros jovens, frente ao cenário da epidemia.

As ações coletivas encontram sustentação potencial no sentido de pautar sua atuação e promover a participação política de forma crítica e consciente. No caso em questão, as Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids organizam-se no sentido de levantar suas demandas frente ao governo, no intuito de viabilizar ações mais aproximadas de suas realidades.

Cabe ressaltar que aqui nos interessa compreender a participação que vem como efeito do processo de subjetivação política, abrindo espaço para a elaboração de estratégias para mobilização de recursos e o reconhecimento do caráter marcadamente histórico e opressivo de determinadas relações, muitas vezes, denunciando a própria organização social que lhe vê como problema (PRADO, 2001; MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

A política, neste caso, pode ser entendida enquanto um campo de práticas e discursos que transformam modos de ser e fazer política(o). Mais especificamente a partir da leitura de Jacques Rancière (1996a), o campo político é composto por um encontro de forças entre o que o autor denomina de polícia e política. Quanto à polícia, Rancière (1996a) argumenta que se trata de um regime que orchestra as condições de (in)visibilidade e de dizibilidade no espaço comum, ou seja, organiza as lógicas de distribuição sensível entre as partes do comum, que engendram hierarquias. A definição dos lugares e das partes na sociedade torna-se, portanto, responsabilidade do regime policial e, a partir deste espectro, quando os espaços e tempos encontram-se previamente delimitados, quando a naturalização das formas e processos encontra-

se instalada, não há política, mas sim polícia.

No entanto, a política seria a outra força presente neste campo, estando desvinculada de uma relação direta com o aparato estatal. A política, na perspectiva de Rancière (1996a) tem função de abalo na ordem sensível, produzindo fissuras a partir das quais outros modos de subjetivação tornam-se possíveis.

Assim, é a partir da subjetivação que emerge, conforme ressalta Pellejero (2009, p. 21), a possibilidade de “dar visibilidade a coisas que não tinham, e abrir um espaço onde a gente considerada apenas boa para trabalhar descobre em si uma potência para falar e atuar conjuntamente”, ocasionando, possivelmente, a existência do sujeito político. A política é então, promotora dessa relação de igualdade entre todos e qualquer um, desde que seja conferida enquanto um processo de verificação que emerge na fissura causada por um dano que se instala com o dissenso.

A produção operada por este processo se desdobra em subjetivação que, na perspectiva de Rancière (1996a), não é qualquer subjetivação, mas sim a que se faz política, em sua forma disruptiva. O autor não acredita que se possa dizer sobre a subjetivação política através de uma ontologia da individuação, ou seja, a subjetivação política não se refere às práticas de cuidado de si, no nível individual, nem mesmo estritamente ligado ao que se diria coletivo. A subjetivação denota a partilha, a lacuna com relação à identidade (RANCIÈRE, 2009).

Desta forma, o dissenso aparece como elemento fundamental para a emergência da política e, como consequência, para o processo de subjetivação política. E é neste entremeio que as redes de articulação coletiva da juventude, tem relevante potencial no sentido de fomentar a participação e ocasionar fissuras nos modelos predeterminados de se “fazer política”. Isto pois, estas redes operam fissuras na composição hegemônica das hierarquias, fazendo emergir os dissensos que assumem posição de questionamento de modelos e denunciam invisibilidades.

De acordo com Rancière (1996a), o processo de subjetivação política faz emergir uma fissura, instaurada a partir de um dissenso que rompe com os regimes policiais de regulamentação e normalização. Assim, compreende-se que a participação social da juventude pode se traduzir em processo de subjetivação, mas não sem considerar os embarreiramentos e contingências que inviabilizam esta ação, instaurando processos de gestão do protagonismo e legitimação da tutela da juventude.

Haja vista tais considerações, alguns aspectos aparecem como significativos para sustentar essa discussão. Tomando o recorte que se refere às Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids no Brasil, de forma pontual para a finalização deste capítulo, serão sumarizados alguns acontecimentos que podem ser levantados como exemplos para as análises, tais como: a relação de “descrédito” vinculada à participação política da juventude; a condição de aprendiz associada à imagem da juventude; o aspecto formativo do ativismo e seus desdobramentos enquanto gestão de condutas; a cooptação do Estado sobre o protagonismo jovem; entre outros.

Como exemplo, em campo de pesquisa foram frequentes as narrativas que

apontavam uma “falta de maturidade” por parte dos jovens para lidar com as questões políticas. Relatos como: “*Nós temos uma imaturidade política. Se a gente não entende as políticas públicas, não vamos conseguir avançar*”; “*Ainda estamos personificando o movimento*”; “*A gente tem que entender os espaços para poder ocupar*” demonstram a reflexão sobre a função e as posições ocupadas pelos jovens e pelas jovens que se articulam em rede em prol de uma luta coletiva no âmbito público e, neste caso, mais especificamente no contexto do HIV/Aids. Compreende-se, também, uma ponderação acerca da maturidade e do conhecimento sobre os processos envolvidos na participação política e no enfrentamento de questões que os/as afligem.

Em distintos momentos, foi comum ouvir dos/as próprios/as jovens a expressão: “*na Rede de Jovens é sempre assim*”, inferindo uma certa instabilidade no trato com as demandas e uma reafirmação do descrédito com relação à condução das ações. Tal postura fortalece uma visão que fragiliza o potencial político das redes e demarca uma posição de dúvida quanto à sua (in)capacidade de executar as atribuições vinculadas ao que denominam de “momento político”. Ou seja, os conflitos existentes no processo político das Redes, são compreendidos como algo que não coaduna com o “modo correto de se fazer política”, pois parece equivocado diante de modelos (adultocêntricos) reconhecidos por sua atuação. Neste momento, não há um posicionamento sobre a possibilidade de, justamente esta forma de ação política, se configurar como um outro modo de ação, um modo que denuncia os agenciamentos e se recusa ao enquadramento.

O que ressaltamos com esse recorte, é que a ideia de imaturidade e descrédito sobre a juventude pode servir como uma inversão ao instaurar a cena polêmica. Ao mesmo tempo em que as justificativas sobre o modo como jovens fazem a política aparecem apoiadas na ideia de excentricidade juvenil, também surgem as possibilidades de instalação do dano que oportuniza brechas na configuração estética sensível (RANCIÈRE, 1996a).

Machado (2013) aponta que é a partir da nomeação de uma polêmica, na publicização de um conflito, em contraposição a uma ordem policial que funciona no sentido de normatizar e delimitar o sensível compartilhado, que a política vai desnaturalizar categorias já hierarquizadas. Na inversão proposta acima, no que se refere ao efeito da atuação da juventude, o aparecimento do dano tem potencial de abalar a ordem. Porém, logo é regulado pela lógica policial, que fixa identidades, neutraliza o dano e infere que as práticas da juventude seriam, de certa forma, equivocadas, dentro dos moldes de se fazer política.

Assim, o convite ao enquadramento é constantemente lembrado pela dinâmica do consenso que, segundo Rancière, (1996b, p. 379) “não quer mais sujeitos divididos e divisores característicos da política. Em seu lugar, quer partes reais do corpo social, corpos e grupamentos de corpos claramente enumeráveis, claramente constituídos em sua identidade”. Nas cenas observadas em campo de pesquisa, o que escapa das regras de funcionamento previamente estabelecidas, continua em posição periférica,

até que retorne ao lugar de invisibilidade. Produz-se, portanto, uma situação na qual uma organização supostamente harmônica se sobrepõe e se impõe, mesmo quando as informalidades denunciam os caminhos paralelos que levam ao conflito.

Assim, instala-se uma relação de tensão existente entre a modulação realizada pela polícia e o litígio ensejado pela política. Contudo, as argumentações levantadas neste capítulo assumem a aposta de que é neste entremeio que oportunizam-se caminhos para resistências que operam outros modos de subjetivação. Nas relações onde a política – no sentido de ruptura – se faz presente, produzem-se lacunas a partir das quais emergem possibilidades de invenção de outras existências.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de amarrar considerações que ensejam uma conclusão momentânea para as complexas discussões apresentadas, é necessário pautar que assumimos uma posição de que as relações sociais não se produzem de forma asséptica, mas sim marcada pela conjuntura histórica, política, cultural e econômica de seu contexto. Desta forma, torna-se ainda mais significativa a atenção para a relevância de se capturar as formas de ação política que se produzem no cotidiano que, muitas vezes, podem reinventar a política.

Neste sentido, cabe compreender que somente reproduzir meios de se fazer política pautados em modelos socialmente legitimados e naturalizados, pode negar as possibilidades de invenção provenientes de experiências outras, principalmente no que se refere à atuação da juventude. Como fora abordado, as diversas concepções sobre esta categoria, incidem práticas distintas, tanto de valorização, quanto de gestão desta população e, forjam lógicas de invisibilidade para os processos de participação juvenil que não estejam atrelados a uma condição de tutela.

A tutela dos jovens reproduz as hierarquias do modelo adultocêntrico e forja processos de agenciamento da participação apoiados em uma ideia de aprendiz e de iniciação na política. No entanto, apropriar-se da política escapa da dimensão única da “capacitação”, ou mesmo do incentivo à participação e aponta para o processo de subjetivação política, que ultrapassa a lógica do “protagonismo como emblema” e promove afetações das experiências no coletivo, nos conflitos cotidianos e no trato com a organização da sociedade.

O recorte apresentado como ilustração, contribui no sentido de problematizar como, no movimento das Redes de Jovens Vivendo com HIV/Aids, podem despontar outras possibilidades da política e como as dinâmicas entre formalidade e informalidade também configuram-se nos embates entre manutenção do regime policial e efervescência da ruptura. Por isso, torna-se necessário fomentar ações que questionem as possibilidades de participação jovem na arena sócio-política, pautando estratégias para o reconhecimento das opressões históricas e a emergência de novos

modos de subjetivação política.

## REFERÊNCIAS

- CARRANO, P. A participação Social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O social em questão**, v. XV, n. 27, p. 83-100, 2012.
- CASSAB, M. A. Juventude e políticas públicas nos anos 1990: a produção de territórios em Juiz de Fora-MG. **III Jornada Internacional de políticas públicas**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007.
- CASTRO, J; AQUINO, L. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2008.
- UNFPA. **O Poder de 1,8 bilhão**: adolescentes, jovens e a transformação do futuro. Brasília: UNFPA. 2014.
- KERBAUY, M. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, v.18, n.19, p. 193-203, 2005.
- MACHADO, F.V. Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. **Psicologia Política**, v.13, n.27, p. 261-280, 2013.
- MATTOS, A; CASTRO, L. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social**, v.193, n.XLIV, p. 797-823, 2009.
- MAYORGA, Claudia; NASCIMENTO, Rubens. Dinâmicas da transformação social: Reflexões sobre a pesquisa-ação em contextos comunitários. In: MAYORGA, C; RASERA, E; PEREIRA, M. (orgs). **Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos**. Curitiba: Juruá, 2009.
- MAYORGA, C; CASTRO, L; PRADO, M.A.M. (orgs). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2012.
- OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: JEFFERY, M; KOLLER, S. **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: CFP, 2002
- PELLEJERO, E. A lição do aluno: uma introdução à obra de Jacques Rancière. **Saberes**, v.2, n.3, p. 18-30, 2009.
- PRADO, M.A.M. Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, v.1, n.1, p. 149-172, 2001.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora.34, 1996a.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A. (org). **A crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. (2. ed). São Paulo: Editora 34, 2009
- SPOSITO, M; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, O. **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.
- TOMMASI, L. Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. **Dilemas: Revista de Estudos de conflito e controle social**, v.5, n.1, p. 101-129, 2012.

TOMMASI, L. Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. **Passagens**: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v.6, p. 287-311, 2014.

WAISELFISZ, J.ja. **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: Flasco, 2016.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-016-2

